



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

Tiago Morais de Lima

Goiânia

2023

TIAGO MORAIS DE LIMA

PROJETO DE PESQUISA

**UM OLHAR HISTÓRICO GEOGRÁFICO SOBRE A GUERRA FRIA E
SUA INFLUÊNCIA NA INDÚSTRIA ARMAMENTISTA NO MUNDO E
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso II

Apresentado a Pontifícia Universidade
Católica de Goiás (PUC-GO) no curso
de licenciatura de Geografia como
requisito para obtenção do grau de
Licenciatura em Geografia

Orientadora Prof^a Dra. Maria Ester de Souza

Goiânia

2023

RESUMO

A Guerra Fria entre EUA e URSS, foi sem dúvida um dos períodos turbulentos da história contemporânea da humanidade (1945-1991). Os dois lados comprometeram suas economias e políticas numa insana corrida armamentista, criando um verdadeiro “universo bélico”, onde homens e recursos viviam da preparação da guerra. Desta forma, liberalismo e socialismo russo se digladiaram ideologicamente pós Segunda Guerra Mundial pelo controle mundial. Entretanto, a vitória ideológica americana mascarou transformações importantes na questão da indústria bélica global: enquanto no período que compreende a Guerra Fria era dominada quase que completamente pelas duas superpotências, no final da década de 1990 o mercado bélico se abriu fortemente para uma reinserção competitiva da indústria bélica europeia. Em relação ao Brasil, foi com a criação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) o grande marco inicial da indústria armamentista brasileira. A partir de 1964, os militares passaram a promover o reequipamento das Forças Armadas. A produção interna de armamentos foi então estimulada e criou-se o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), cuja prioridade seria estimular o empresariado nacional a entrar no ramo da produção de armamentos. Apesar da pequena parcela de participação da indústria de defesa brasileira nas exportações mundiais dessa indústria, o Brasil foi ranqueado pela Global Firepower (GFP) como a 12ª maior potência militar do mundo entre 155 países em 2023. No entanto, o acesso indiscriminado de armas no Brasil hoje acaba priorizando o lucro em detrimento do bem-estar da sociedade.

SUMMARY

The Cold War between the USA and the USSR was undoubtedly one of the turbulent periods in contemporary human history (1945-1991). Both sides compromised their economies and policies in an insane arms race, creating a veritable 'war universe' where men and resources lived in preparation for war. In this way, American liberalism and Russian socialism ideologically clashed for global control after World War II. However, the American ideological victory masked important transformations in the global military-industrial complex: while during the Cold War it was dominated almost entirely by the two superpowers, by the end of the 1990s, the arms market opened up strongly for a competitive reintegration of the European defense industry. Regarding Brazil, the establishment of the Aerospace Technical Center (CTA) marked the initial milestone of the Brazilian arms industry. Starting in 1964, the military began to promote the rearmament of the Armed Forces. The domestic production of weapons was then encouraged, and the Permanent Group for Industrial Mobilization (GPMI) was created, with the priority of stimulating domestic entrepreneurs to enter the field of arms production. Despite the small share of the Brazilian defense industry in global exports of this sector, Brazil was ranked as the 12th largest military power in the world among 155 countries by the Global Firepower (GFP) in 2023. However, the indiscriminate access to weapons in Brazil today prioritizes profit over the well-being of society.

UM OLHAR HISTÓRICO GEOGRÁFICO SOBRE A GUERRA FRIA E SUA INFLUÊNCIA NA INDÚSTRIA ARMAMENTISTA NO MUNDO E NO BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – COMÉRCIO DE ARMAS E GUERRA FRIA

1.1 O universo da guerra fria

1.2 Questão ideológica dos blocos antagônicos

CAPÍTULO II - A INDÚSTRIA BÉLICA

2.1 O mercado armamentista

2.2 A indústria Bélica no mundo atual

CAPÍTULO III - A INDÚSTRIA BÉLICA NO BRASIL

3.1 A evolução da produção

3.2 O acesso aos armamentos no Brasil

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Quando nos propomos a entender a dinâmica da indústria armamentista na sociedade contemporânea, e em particular a presença do Brasil neste mercado, torna-se muito importante entender o papel desempenhado pelos conflitos envolvendo vários países, dentre eles na I Grande Guerra Mundial, II Grande Guerra Mundial e em particular, o entendimento do que foi a Guerra Fria, conflito diferenciado e de escala efetivamente mundial, na qual dedicaremos um estudo mais detido. Nesta última, a corrida armamentista aumentou consideravelmente, resultado natural de quarenta e cinco anos de extrema competição entre grandes potências mundiais, para armarem-se, com vista a uma possível guerra que poderia explodir a qualquer momento. Neste período a descoberta de novas tecnologias oriundas, em especial, do aprimoramento da bomba atômica, sendo os estadunidenses os primeiros a fazer o uso em grande monta dessa tecnologia, ao final da II Grande guerra Mundial, quando o mundo passou a ter a noção de quão destrutiva era esse artefato bélico e o que poderia fazer com seus inimigos de guerra.

Devido à impossibilidade da resolução do confronto no plano estratégico, pela via tradicional da guerra aberta e direta, que envolveria um confronto nuclear, as duas superpotências (1945-1991) passaram a disputar poder de influência política, econômica e ideológica em todo o mundo. Este processo se caracterizou pelo envolvimento dos Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS) em diversas guerras regionais, em várias localidades no mundo, onde cada potência apoiava um dos lados em conflitos locais alimentando as guerras. Estados Unidos e União Soviética não apenas financiavam lados opostos no confronto, disputando influência político-ideológica, mas também atuavam para demonstrar o seu poder belicista.

Neste contexto, junto ao curso de Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, buscar-se-á em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com todos os limites e desafios que um estudo inicial impõe, não só entender melhor o cenário mundial que favorece a indústria bélica, como também entender como se encontra o Brasil na produção e distribuição de armamentos no mercado mundial e nacional.

Este estudo utilizou fontes secundárias com o auxílio da técnica de pesquisas bibliográficas, com autores como: Hobsbawm (1995); Gaddis (2006); Blainey (2009); Thompson (1985); Judt (2008), Santos (1996), Lacoste (2012), que abordaram a temática.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, buscando em diversos autores entendimento do fenômeno alvo do estudo. Sobre a pesquisa bibliográfica, Prodanov e Freiras, esclarece:

Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54)

A divisão do trabalho foi feita em 3 capítulos, o Capítulo 01 - Complexos Industriais Militares e Guerra Fria, abordando a Guerra Fria, discutindo a corrida armamentista, Capítulo II – A Indústria Bélica, discutindo a indústria bélica no mundo e o Capítulo III – A Indústria Bélica no Brasil, trazendo a discussão da indústria bélica para o território nacional.

CAPÍTULO I

COMÉRCIO DE ARMAS E GUERRA FRIA

1.1 O universo da Guerra Fria

Faz parte do histórico da humanidade a existência de conflitos, muitos deles armados e envolvendo Estados em diferenciadas disputas, dentre elas as territoriais, quando se destaca, no século XX, a I Grande Guerra Mundial, a II Grande Guerra Mundial e a Guerra Fria com suas características diferenciadas. A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou em uma fase que poderia eclodir facilmente na Terceira Guerra Mundial, embora uma fase bastante peculiar, pois não consistia na guerra declarada, mas num período em que a vontade de disputar pela batalha era suficientemente conhecida. A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Século XX, foi sem dúvida um dos períodos turbulentos da história contemporânea da humanidade (1945-1991).

Com o lançamento das bombas atômicas (Hiroshima/Nagasaki), até o desmoronamento do bloco soviético o globo fora dividido em duas metades (figura 1) conforme Hobsbawm (1995).

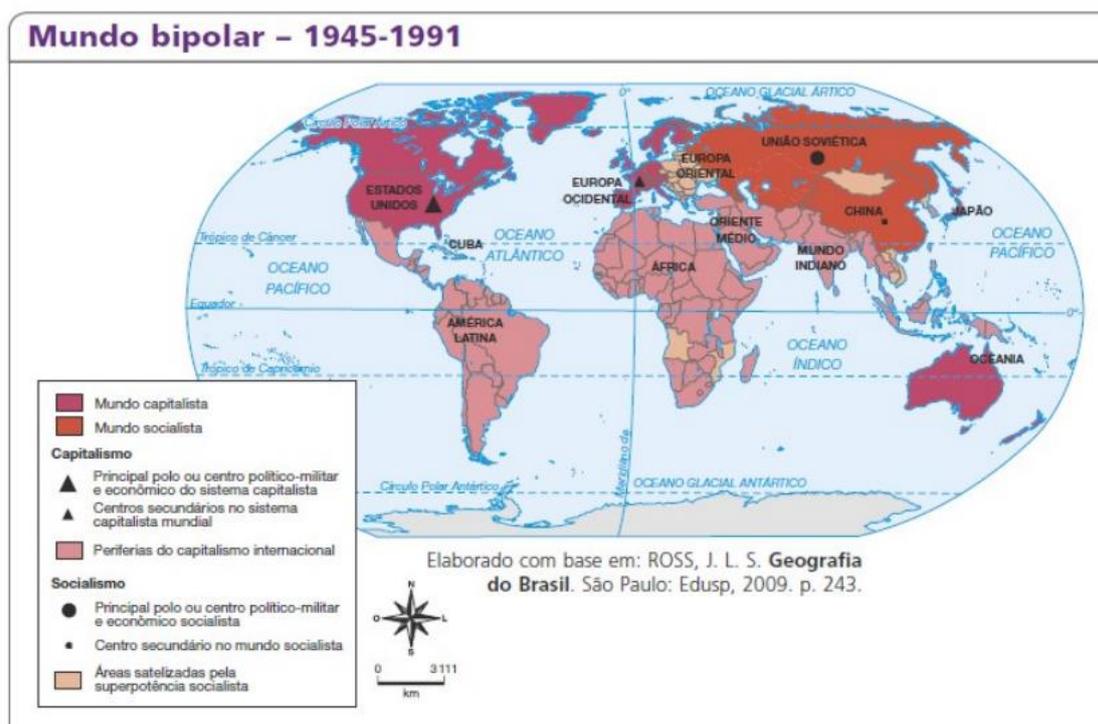


Figura 1 – Mundo Bipolar (1945-1991)
Fonte: Geografia do Brasil, 2009.

De acordo com Hobsbawm (1995) os 45 anos que compreenderam os lançamentos das bombas atômicas (1945) até o fim da União Soviética (1991) não foram um período homogêneo na história mundial. A Guerra Fria foi um período de uma tensão constante entre as duas superpotências que emergiram vitoriosas da Segunda Grande Guerra, EUA e URSS. Os dois lados comprometeram suas economias e políticas numa insana corrida armamentista, transformando os dois blocos antagônicos em complexos industriais militares, criando um verdadeiro “universo bélico”, onde homens e recursos viviam da preparação da guerra. Nesta lógica, os dois complexos industrial-militares eram incentivados por seus governos a usar seus excedentes bélicos para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, abocanhar lucrativos mercados de exportação militar.

Outro estudioso do tema, Chomsky (1985) demonstra que o fato básico e crucial, é que o sistema da Guerra Fria foi altamente funcional para as superpotências, e é por isso que ele persistiu, apesar da probabilidade de mútua aniquilação no caso de uma falha acidental militar. A Guerra Fria forneceu um arcabouço onde cada uma das superpotências pode usar a força e a violência para controlar seus próprios domínios contra os que buscavam um grau de independência no interior dos blocos – apelando à ameaça da superpotência inimiga, mobilizava sua própria população e a de seus aliados em busca de maior controle territorial e ideológico.

A “paz” formalizada entre os Estados Unidos e a União Soviética, durante a Guerra Fria, baseava-se principalmente numa mútua ameaça de destruição atômica, fazendo com que as duas economias se militarizassem. A crescente tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética em torno da divisão de poderes econômicos e políticos na Europa e principalmente na Alemanha em fins na década de 1940, foi um dos motivos centrais que culminou na Guerra Fria. Conforme Judt (2008) a crise em torno da Alemanha teve três resultados significativos imediatos. Primeiro, criou dois Estados Alemães, um seguindo as tendências ocidentais e o outro os ideais soviéticos. Segundo, comprometeu os Estados Unidos, pela primeira vez, a manter um substancial presença militar na Europa, por tempo indefinido. E por último, em decorrência dos dois primeiros resultados, a crise alemã, fez com que os Estados Unidos realizassem uma reavaliação dos planos militares ocidentais, pois, se o ocidente pretendia proteger os clientes alemães contra uma ofensiva soviética, seria necessário prover de meios para realizá-lo.

Foi então, que bombardeiros estratégicos foram posicionados na Grã-Bretanha e equipadas com ogivas nucleares. Stalin (1878-1953) para conter o avanço ideológico ocidental, remodelou a Europa Oriental à imagem soviética. Albânia, Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e a República Democrática Alemã se tornaram réplicas do Estado Soviético, todos esses países tiveram sua constituição inspirada pela Constituição soviética e, todos, tiveram que se tornar Estados policiais, com um aparato repressivo extremamente violento, segundo o modelo soviético para manter a ordem socialista.

Na América Latina a Guerra Fria se fez presente principalmente quando movimentos favoráveis a mudanças políticas e econômicas apareceram em muitos países e foram esmagados ou refreados pelas elites locais apoiadas pelos Estados Unidos. Este, usaram da invasão, orquestrando golpes, apoiando tecnicamente e politicamente regimes militares repressivos para manter sua esfera de influência.

Na Europa Oriental eram os comunistas que davam as cartas, conforme Judy (2005), dominando os Ministérios do Interior, garantindo aos soviéticos, autoridade sobre a polícia e as forças de segurança, bem como licenças para o funcionamento dos jornais. Detinham também o controle sobre os Ministérios da Justiça e da Agricultura, que respectivamente, controlava os juízes e os tribunais e administravam as reformas agrárias, conquistando a adesão de milhões de camponeses por meio de favores e manipulação, aumentando assim seu controle ideológico.

Thompson (1985) definiu a Guerra Fria como sendo o polo absoluto do poder, o apoio em torno do qual circulou o mando mundial. Foi o campo de força que moveu exércitos, diplomacias e ideologias, impondo relações de dependência aos poderes inferiores e exportando armas e militarismos aos países periféricos. Ambas as superpotências estavam preparadas e altamente armadas para o ataque aniquilador instantâneo. Os dois blocos antagônicos produziram cada vez mais meios de guerra, exportando seus excedentes para o Terceiro Mundo, em uma rivalidade de extrema competitividade, negociando materiais bélicos e seus respectivos sistemas, tecnologias militaristas e infraestrutura.

Na década de sessenta do século XX foi impossível para os EUA se manterem neutros com tanto poder e influência diante da situação dos países americanos em relação

ao risco “vermelho comunista que rondava as Américas”. No Brasil, vários documentos comprovam as estratégias estadunidense, para o golpe militar em 02 de abril de 1964, quando o Presidente João Goulart foi deposto do cargo de presidente. O Brasil era uma superpotência regional, com aproximados, oito milhões e meio de quilômetros quadrados com vasto potencial econômico, era o país mais populoso e mais importante economicamente na América do Sul e aos olhos dos EUA não poderia se inclinar a tendências comunistas, pois para onde o Brasil fosse iria toda a América do Sul, pensavam os mandatários americanos, Thompson (1985)

De acordo com Hobsbawm (1995) essa guerra não declarada estabilizou o equilíbrio de poder internacional, transferindo as esferas de choque para o universo de oposição entre os dois sistemas ou blocos antagônicos (EUA e URSS), forjando um novo panorama internacional, cujo princípio articulou as relações de poder entre as nações. Mas essa estabilidade não significava paz, a Guerra Fria não foi um período de esquecimento da luta, tampouco houve um período entre 1948 e 1989 sem um conflito armado demasiadamente sério em alguma parte do globo. O que se sucedeu foi que os conflitos passaram a ser controlados ou sufocados, pelo receio, que provocassem uma guerra aberta – isto é, nuclear – entre as duas grandes superpotências – URSS e EUA. Mas, o controle não dependia exclusivamente da lógica armamentista, o princípio ideológico era fundamental nesse conflito de interesses, a adesão de determinado país a um dos blocos antagônicos representava uma maior esfera de influência internacional. Desta forma, na emergência tanto da URSS como dos EUA no comando mundial, era essencial o controle soberano da ideologia, dominando a questão ideológica em sua forma mais suprema.

1.2 Questão ideológica dos blocos antagônicos

Zizek (1996), defende que a ideologia pode designar qualquer coisa, desde um ato contemplativo que desconhece sua necessidade em relação à realidade social, até uma reunião de crenças destinada à ação; desde o meio vital em que os cidadãos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as falsas ideias que legitimam um poder

político dominante. Ela parece surgir quando se tenta evitá-la e desaparece onde realmente grita-se por sua existência.

Marilena Chauí ressalta o caráter multifacetado da ideologia, mostrando ser esta “um conjunto lógico, sistemático e coerente, de representações (ideias e valores) e normas ou regras de conduta que indicam aos membros da sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.” (CHAUÍ, 1981: p. 11).

Portanto, é o conjunto de ideias de um indivíduo ou de um grupo de pessoas e pode estar relacionada a ações políticas, econômicas e sociais. Karl Marx trabalhou bastante o conceito de ideologia, no qual a ligava aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) originados pela classe social dominante, na qual tinha como objetivo manter os mais abastados no controle da sociedade.

Quando algo é designado como “ideológico por excelência”, pode-se ter certeza de que seu oposto não é menos ideológico. Zizek (1996) exemplifica:

Por exemplo, entre os processos geralmente reconhecidos como “ideológicos” acha-se, em definitivo, a perenização de alguma situação historicamente limitada, o ato de discernir numa contingência uma necessidade superior (desde a fundamentação da dominação masculina na “natureza das coisas” até a interpretação da AIDS como um castigo pela vida pecaminosa do homem moderno; ou então, num plano mais íntimo, quando encontramos nosso “verdadeiro amor”, é como se ele fosse aquilo por que estivemos esperando a vida inteira, como se, misteriosamente, toda a nossa vida prévia tivesse levado a esse encontro...), assim, a contingência do real, carente de sentido, é “internalizada”, simbolizada, provida de Sentido. Mas, não será a ideologia também o processo inverso de não reparar na necessidade, de apreendê-la erroneamente como uma contingência insignificante (desde o tratamento psicanalítico, no qual uma das principais formas de resistência do analisando é sua insistência em que seu sintomático ato falho verbal foi um mero lapso, sem nenhuma significação, até o campo da economia, no qual o procedimento ideológico por excelência consiste em reduzir a crise a uma ocorrência externa e, em última instância, contingente, deixando assim de levar em conta a lógica inerente do sistema que a gerou)? Nesse sentido exato, a ideologia é o oposto diametral da internalização da contingência externa: reside na externalização do resultado de uma necessidade interna. Aqui, a tarefa da crítica da ideologia é justamente discernir a necessidade oculta, naquilo que se manifesta como mera contingência. (ZIZEK, 1996, p. 09-10)

Um exemplo desta inversão ideológica foi demonstrado nos meios de comunicação ocidentais no registro da guerra da Bósnia e o contraste com as reportagens sobre a Guerra do Golfo, em 1991, na qual a personificação ideológica padronizada foi demonstrada.

Deste modo, a lição teórica que se pode extrair disso é que o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática “representativista”: ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representatividade distorcida e equivocada de seu conteúdo social.

Assim, um ponto de vista pode ser perfeitamente verdadeiro quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, uma ideia de uma visão política fornecida pode revelar-se extremamente equivocada, e também não ter nada de “ideológico”. Zizek (1996) afirma que:

A propósito da religião (que, para Marx, era a ideologia por excelência), Hegel distinguiu três momentos: doutrina, crença e ritual; assim, fica-se tentado a distribuir em torno desses três eixos a multiplicidade de ideias associadas com o termo “ideologia”: a ideologia como um complexo de ideias (teorias, convicções, crenças, métodos de argumentação); a ideologia em seu aspecto externo, ou seja, a materialidade da ideologia, os Aparelhos Ideológicos de Estado; e por fim, o campo mais fugidio, a ideologia “espontânea” que atua no cerne da própria “realidade” social (é altamente questionável que o termo “ideologia” seja apropriado para designar esse campo; exemplar aqui é o fato de Marx nunca usou o termo “ideologia” a propósito do fetichismo da mercadoria). Lembremos o caso do liberalismo: o liberalismo é uma doutrina (desenvolvida desde Locke até Hayek) que se materializa em rituais e aparelhos (liberdade de imprensa, eleições, mercado etc) e atua na (auto-) experiência “espontânea” dos sujeitos como “indivíduos livres”. A ordem de contribuições desta coletânea segue essa linha, que, grosso modo, enquadra-se na tríade hegeliana do Em-si/Para-si/Em-si-e-Para-si. Essa reconstrução lógico-narrativa da noção de ideologia irá centrar-se na ocorrência reiterada da já mencionada inversão da não-ideologia em Ideologia – isto é, da súbita conscientização de que o próprio gesto de sair da ideologia puxa-nos de volta para ela. (ZIZEK, 1996, p. 15).

A ideologia pode representar a distorção de argumentos e do discernimento racionais, em virtude dos interesses externos, de poder, exploração; porém, a ideologia reside também em um pensamento que não seja permeado por estratégias de poder não transparente.

A Guerra Fria, antes de tudo, deve ser entendida como uma guerra de cunho ideológico, que as duas maiores potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial travaram um embate, objetivando o controle sobre a maior parte de territórios possíveis e áreas de influências com seu controle ideológico. De acordo com Marx e Engels (1924), também se deve entender que todas as formas de consciência de classe são ideológicas; porém, algumas, são mais ideologicamente do que outras, pois, representam interesses múltiplos, orientam ações sociais à militares, alimentando de forma mais abrangente os interesses de seus partidários. Desta forma, liberalismo e socialismo russo se digladiaram ideologicamente pós Segunda Guerra Mundial pelo controle mundial. Os Estados Unidos era o baluarte da bandeira ideológica do liberalismo econômico, defendendo a propriedade e a iniciativa privada, assim como a autorregulação econômica através do

mercado. Portanto, se faz necessário uma explicação mais detalhada da estrutura do liberalismo.

Marilena Chauí (2000), ao situar o liberalismo em alguns países, afirma que ele se consolidou em 1668 na Inglaterra, com a Revolução Gloriosa e no restante da Europa só após a Revolução Francesa, em 1789. Nos Estados Unidos, foi com a luta pela Independência, em 1776.

Os princípios fundamentais do liberalismo podem ser sintetizados em: *Liberdade, Defesa da Propriedade Privada e Individualismo* (Chauí, 2000), sendo que as formas que ele tomou, diferenciaram-se ao longo dos séculos, de modo a atender às necessidades de uma classe que passou a se constituir como tal nos fins da Idade Média, a burguesia.

A propriedade privada é um princípio fundamental do pensamento liberal, pois por meio dela é possível a preservação das relações capitalistas de produção. O acesso à propriedade privada não é, na concepção dos liberais, para todas as pessoas, mas para uma minoria que pode pagar por ela e usufruir dos benefícios da propriedade privada. A limitação do poder também é uma tônica do pensamento liberal, que se opõe ao princípio de liberdade do Estado, defendendo um poder reduzido a um mero procedimento político e jurídico.

Portanto, os Estados Unidos da América emergiram da Primeira Guerra como a maior potência capitalista e, ao mesmo tempo, passaram a exercer um crescente controle sobre os mercados da América Latina e Ásia. Durante os anos de 1920, comandado pelos ultraconservadores do Partido Republicano e alicerçado nos princípios liberais, o governo americano se absteve de intervir na economia, acreditando nas regras da mão invisível de mercado, como garantia de prosperidade e de crescimento econômico, essa política econômica liberal favoreceu os interesses dos grandes financistas, das grandes empresas e dos industriais. Os EUA iniciaram uma época de prosperidade econômica com um *boom* da economia, no período entre guerras inverteu sua histórica posição de devedor mundial para credor, iniciando sua era de hegemonia entre os países capitalistas. (Hobsbawm, 1995).

Do outro lado, a URSS sustentava seu modelo ideológico no socialismo de governo, este iniciado com os bolcheviques na Revolução Russa de 1917 e que se baseava na Ideologia Marxista:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o

comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando está se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. (MARX e ENGELS, 1924, p. 09)

Na concepção ideológica marxista, a classe trabalhadora, pelo fato de ser o único corpo situado de tal modo dentro do processo produtivo do capitalismo, treinado e organizado por esse processo e principalmente tão indispensável a ele, que é capaz de assumi-lo. Assim, é o capitalismo, e não o marxismo, que seleciona os instrumentos da subversão revolucionária, alimentando pacientemente seu próprio coveiro potencial.

O partido Bolchevique de outubro de 1917 pretendeu dar ao mundo uma alternativa, pois o velho mundo estava condenado, a velha sociedade e os velhos sistemas políticos estavam em frangalhos. A Revolução de Outubro¹ produziu o mais extraordinário movimento revolucionário organizado na história moderna. Conforme Hobsbawm (1995, p. 71), “praticamente todos os regimes revolucionários do Breve Século XX iam adotar alguma variação dele”. Todos esses fatores baseados no centralizado e disciplinado Partido Comunista de 1917.

Assim, com o término da Segunda Guerra Mundial, os conflitos ideológicos entre EUA e URSS eram imprescindíveis. Os Estados Unidos emergiram como o país mais poderoso do globo. Suas forças armadas haviam ocupado o Japão e uma grande parcela da Europa Ocidental e muitas bases militares estabelecidas nos países aliados durante o conflito, terminada a guerra estavam intactas. No campo econômico, possuíam a maioria do capital de investimento, massiva produção industrial e imenso fluxo de exportações no mundo, detendo até dois terços do comércio mundial, enquanto grande parte da Ásia e Europa estavam devastadas. Por outro lado, a União Soviética, outro vencedor da Segunda Grande Guerra quase não exercia influência sobre os assuntos internos dos países vizinhos, a não ser pela sua esmagadora força militar. As identificações da União Soviética com táticas severas e sectárias ordenadas por Moscou reduziram-na a uma condição marginal e irrelevante no cenário político da Europa Oriental pós Segunda Guerra Mundial. A única forma encontrada por Moscou foi alinhar o sistema político e ideológico desses países da Europa Oriental ao da União Soviética. Assim, mantendo

¹ A segunda fase da Revolução Russa ocorreu em outubro de 1917, onde o Partido Bolchevique, liderado por Lênin, derrubou o governo provisório e instaurou o governo socialista soviético. A revolução de outubro também ficou conhecida como Revolução Bolchevique, ou Revolução vermelha.

relações com as grandes potências ocidentais, Stalin adotou uma prática já usada durante os anos da Frente Popular, na década de 1930, e também na Guerra Civil espanhola: o engajamento à formação de governos de “Frente”, coalizões comunistas, socialistas e outros partidos “antifascistas”, que excluiriam e puniriam os velhos regimes e seus partidários, mas que seriam prudentes e “democráticos”, reformistas e não revolucionários. (Judy, 2008).

No entanto, conforme Hobsbawm (1995) a peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de Guerra mundial. Os governos das superpotências chegaram a um acordo sobre uma distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlaria uma parte considerável do globo – a zona ocupada pelo Exército Vermelho ou outras forças Armadas comunistas no fim da guerra – e não tentaria ampliá-la com o uso de força militar. Aos Estados Unidos caberiam o controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, que incluía além do hemisfério norte e oceanos, também o que restava da velha hegemonia imperial das velhas potências colônias. Em troca não interviria na zona aceita de hegemonia soviética.

Todavia, a situação fora da Europa não era nada definida, a orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada clara. Foi precisamente nessa área que os dois Complexos Industriais Militares continuaram a competir ideologicamente e militarmente, durante toda a Guerra Fria, sendo a zona mais provável de atrito entre os dois blocos militares, e onde realmente irrompeu.

Nas décadas de 60 e 70, do século XX, a América do Sul e Oriente Médio entraram de vez nesse jogo político ideológico. Os Estados Unidos atuaram por meio de apoio militar, financeiro e político a governos anticomunistas ou de intervenções diretas, por exemplo, nos golpes militares no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no Uruguai em 1974, na Argentina em 1976, na Indonésia em 1965 e no Congo em 1963, todos sustentados por uma repressão brutal das oposições e constantes violações de direitos humanos. Os países industrializados como os EUA se interessavam pelo Oriente Médio por causa das suas enormes reservas de petróleo, que eram essenciais para uma economia industrializada, por isso ajudaram na criação do Estado de Israel em 1948, que com essa ajuda se tornou o maior aliado dos americanos na região em troca de apoio financeiro e armas. (Hobsbawm, 1995).

A URSS também almejava obter lucro com as vitórias no ocidente. Assim, os pequenos Estados da Europa Central, desde a Polônia até a Bulgária, ora subjugados pelos

nazistas antes da guerra, e durante, essa relação ficou ainda mais simplificada, transformada em relação senhor e escravo, na qual a Alemanha, em seu esforço de guerra, usurpava o máximo da terra e da população e que depois de 1945, o que aconteceu foi que a União Soviética assumiu o controle, literalmente, a partir do ponto que os nazistas haviam deixado, anexando a Europa Oriental à estrutura ideológica e econômica soviética, como uma fonte a ser explorada à sua vontade. Conforme Judy (2008) o partido soviético se tornou nessas regiões o único veículo de mobilidade social, fonte de patrocínio e detentor da justiça. As economias dos Estados do Leste Europeu variavam enormemente. Algumas eram modernas, urbanas e industriais, outras (maioria) eram rurais e empobrecidas. Porém, todas tiveram que seguir uma uniformidade econômica, e para isso, o Estado soviético expropriou grandes empresas de serviços, comércio e indústria, e em seguida o Estado tomou, tributou ou levou à barrocada todas as empresas que empregavam mais do que cinquenta pessoas.

Neste conflito de interesses tão antagônicos entre EUA e URSS, os membros da Grande Aliança na Segunda Guerra Mundial (EUA, URSS e Inglaterra) se tornaram adversários ideologicamente extremos na Guerra Fria e segundo Gaddis (2006) os interesses eram tão incompatíveis, que as ideologias se conservavam no mínimo tão polarizadas quanto antes da guerra, temores de um ataque surpresa continuavam a inquietar os militares em Washington, Londres e Moscou. Ambas as ideologias, o capitalismo e o socialismo, que definiam aqueles dois mundos se destinavam a oferecer esperança, para isto antes de qualquer coisa, servia a ideologia defendida entre os dois lados. Os principais conflitos internacionais pós Segunda Guerra foram provocados pela rivalidade de ideais entre países capitalistas e socialistas.

E desta ambiguidade de ideologias, que movia interesses demasiados na esfera política militar, floresceu um vigoroso mercado bélico, onde os gastos militares globais apresentam uma crescente inclinação nos ganhos das indústrias beligerantes. Desta forma, a compreensão da Guerra Fria se mostra altamente complexa, exigindo um aprofundamento teórico investigativo em vários pontos.

CAPÍTULO II A INDÚSTRIA BÉLICA

2.1 – O mercado armamentista

A Guerra Fria significou a intensificação de conflitos em escala planetária, mas também produziu uma determinada estabilidade que se baseava em mundo dividido em dois blocos antagônicos.

O sistema internacional apresentava relativo grau de previsibilidade, baseado em padrões razoavelmente claro de relacionamento e comportamento entre os Estados em interação. No entanto, a peculiaridade no contexto da Guerra Fria, nos termos da política internacional, consistia na premissa de que muito embora houvesse o controle do uso da violência interestatal, não houve interrupção substancial à compra dos meios militares de uso da violência interestatal, deste modo, nunca o globo observou tamanha produção de armamentos.

Talvez seja tal distinção a que melhor explicite a característica “fria” dessa guerra – a ausência de um efetivo combate no campo de batalha traduziu-se em uma disputa numérica por aquisição de meios militares de uso da violência, de modo que a própria capacidade total de destruição exercida por ambas as potências era garantidora da não ocorrência de seu emprego. A essa disputa específica denominou-se corrida armamentista, que não consistia em um fim em si mesmo, mas o meio pela qual o princípio regente desta ordem histórica se manifestava, a saber, a doutrina de Destruição Mútua Assegurada (do inglês, MAD, *Mutual Assured Destruction*). Segundo essa lógica, era necessário garantir os meios de dissuasão de modo que a destruição do inimigo fosse total tanto no *first strike*, isto é, no primeiro ataque efetivo entre as duas potências, quanto em termos de capacidade de retaliação devastadora. Ora, a partir de tal guia de ação política, a guerra “quente” dificilmente ocorreria, frente à possibilidade plena de ataque e de retaliação – muito embora, paradoxalmente, a estabilidade e a contenção do conflito corressem justamente pelo acúmulo de meios militares. (PERON et al. 2007. p.33)

A vontade da batalha foi reconhecida por ambos os lados do conflito e fazia com que todos acreditassem que a cada nascer do dia, o mundo estava ameaçado pelas armas nucleares. Iniciou-se uma corrida armamentista sem precedentes na história humana, em que a alta tecnologia bélica foi o ícone principal, beneficiando, a economia que estava estabilizada (enriquecendo ambos os lados com o lucrativo comércio de armas) até o desmoronamento da URSS.

De acordo com Hobsbawm:

Os dois lados também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ver exatamente contaminado por ela, chamou de “complexo industrial-militar”, ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. Mais do que nunca, esse era um interesse estabelecido em tempos de paz estável entre as potências. Como era de se esperar, os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares. (HOBSBAWM, 1995 p. 233)

As armas nucleares eram diferentes de qualquer arma anterior, eram milhões de vezes mais poderosas do que os mais potentes explosivos até então conhecidos. O uso dessas armas poderia mudar a natureza de qualquer guerra, expondo perigo não apenas as linhas de frente, mas também as vias de suprimentos dos complexos urbanos e industriais. No final dos anos 50, os EUA possuíam 369 bombas atômicas operacionais, todas em condição de lançamento nos campos de batalha. A URSS no ano de 1950 detinha apenas cinco bombas nucleares e sem o grau de confiabilidade das americanas. Contudo, a partir do momento que a URSS adquiriu armas nucleares – quatro anos após a bomba atômica de Hiroxima (1949), e nove meses depois em relação à bomba de hidrogênio (1953) – os dois blocos antagônicos claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso representaria um tratado suicida. Contudo, ambas usaram da ameaça nuclear sem intenção de aplicá-la. Hobsbawm enfatiza que:

Os EUA para acelerar as negociações de paz na Coreia e no Vietnã (1953, 1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956. Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato querer apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro tampouco queria a Guerra. Essa confiança revelou-se justificada, mas ao custo de abalar os nervos de várias gerações. A crise dos mísseis cubanos de 1962, um exercício de força desse tipo inteiramente supérfluo, por alguns dias deixou o mundo à beira de uma guerra desnecessária, e na verdade o susto trouxe à razão por algum tempo até mesmo os mais altos formulados de decisões. (HOBSBAWM, 1995, p. 227)

Thompson (1985) mostra que a busca do equilíbrio do terror agiu como um álibi e incentivo para uma contínua aceleração dos gastos militares em ambos os campos, em que cada um tratava de neutralizar antecipadamente os possíveis ganhos visados pelo outro. Em decorrência da aceleração da produção bélica houve um salto qualitativo dos armamentos utilizados. Os gastos militares fizeram com que os arsenais dos EUA e da URSS passassem de 6.500 armas nucleares importantes em 1960, para cerca de 24.000

armas estratégicas em 1985 de acordo com estimativas. Os analistas costumavam explicar esse aumento constante e acelerado como um modelo simples de ação-e-reação.

Segundo Judy (2008), a escalada da corrida armamentista ocidental foi tão intensa, que o orçamento militar dos EUA subiu de 15,5 bilhões de dólares em agosto de 1950, para 70 bilhões, em dezembro do ano seguinte. Em 1952 e 1953 os gastos com defesa consumiram 17,8% do PIB norte-americano, comparados a apenas 4,7% em 1949.

Com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética sofreu uma grande militarização, a administração centralizada e o foco implacável na produção de tanques, canhões, aviões, armas de pequeno porte e bombas atômicas, transformou a URSS em uma máquina bélica extremamente eficaz, além disso, possuía um exército com mais de 300 divisões altamente equipados com armamentos modernos e carros blindados, conhecido como Exército Vermelho. Um grupo de burocratas do partido formado durante a guerra - a geração de Brejnev, acreditava que a força e sucesso dependiam da produção em larga escala por indústrias ligadas a produção de armamentos, a tal grupo haveria de dirigir o país ao longo dos quarenta anos seguintes, tendo sempre em mente esse modelo beligerante, onde os gastos com armamentos podiam ultrapassar os 25% do PIB da URSS. (Judy, 2008).

Segundo esta mesma autora, essa lógica, portanto, era o elemento crucial para o entendimento da Guerra Fria, a sustentação e ampliação de elevados gastos militares buscando uma relação entre (quase) iguais entre os dois Estados fortes, EUA e URSS. Sob essa perspectiva, a palavra “corrida” se revela esclarecedora: o embate não se tratava somente de um acúmulo de meios militares no interior de cada Estado-líder – a isso denominaríamos apenas armamentismo. Pois além desse fato prático, o que garantia a manutenção da posição de cada potência era o controle militar e ideológico de suas esferas de influência. Era uma corrida acima de tudo por aliados, conquistados e enquadrados por métodos armamentistas baseados num discurso de segurança.

No entanto, mesmo com a lógica mais óbvia da Guerra Fria, de confronto militar somado à frenética corrida armamentista, as armas nucleares não foram usadas. Porém, os blocos antagônicos envolveram seus complexos industriais militares em três grandes guerras. Os EUA e seus aliados (maquiados de Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para conter que o regime comunista do Norte daquele país dominasse a parte do Sul, contudo, neste confronto ninguém saiu vencedor (EUA – URSS). Com o mesmo objetivo

guerreararam no Vietnã, e perderam. A URSS se retirou do Afeganistão em 1988, após oito anos de apoio militar ao governo para combater guerrilhas apoiadas pelos Estados Unidos. (Judy, 2008).

De acordo com a autora Judy (2008), a criação de instituições regionais de segurança de cada bloco, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e o Pacto de Varsóvia, em 1955, visavam principalmente à injeção de investimentos em verdadeiros programas de assistência militar, laboratórios e armazéns das armas convencionais produzidas. Na disputa pela hegemonia mundial, as duas potências lançaram planos econômicos com o objetivo de restabelecer os países afetados na Segunda Guerra, surgindo assim, o Plano Marshall² nos Estados Unidos e o COMECON³ na União Soviética. Essa frenética corrida armamentista vigorou até o momento em que a produção, a aquisição e a distribuição de armamentos para a produção de esferas de influência eram fundamentalmente símbolo do poder e da coesão dos blocos.

Com a implosão do bloco soviético e a retomada hegemônica por parte dos Estados Unidos entre as décadas de 1980 e 1990, a questão da não proliferação de armas e a questão do desarmamento se tornou ponto fundamental na agenda de segurança internacional, centralizando as discussões no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (PERÓN et. al, 2007).

No entanto, segundo o Relatório sobre Gastos Militares, com dados do Instituto Internacional de Estocolmo de Investigações sobre a Paz (SIPRI, na sigla em inglês) é evidente o crescimento nos gastos militares globais: somente no ano de 2006, US\$ 1204 bilhões foram investidos, indicando um aumento de 37% em relação à década anterior. Conforme Perón et al (2007) precisamente os maiores gastos estão concentrados nas economias das grandes potências. Somente os Estados Unidos no ano de 2006 investiram US\$ 528,7 bilhões; a Inglaterra com US\$ 59,2; França US\$ 53,1; China US\$ 49,5; Japão US\$ 43,7; Alemanha US\$ 37,0 e Rússia US\$ 37,7 bilhões. No Oriente Médio, os países com maiores investimentos em gastos militares são respectivamente os aliados dos Estados Unidos: Arábia Saudita US\$29,0 bilhões; seguidos por Israel e Emirados Árabes Unidos.

² Plano Marshall: Programa de Recuperação Europeia foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

³ COMECON: Conselho para Assistência Econômica Mútua foi fundado em 1949, e visava à integração econômica das nações do Leste Europeu.

Esta mesma fonte aponta que até o início da década de 1990, a União Soviética conseguiu de certo modo acompanhar o desenvolvimento dos Estados Unidos, com índices altos de produção e exportação de armamentos. Porém, durante os anos entre 1988-1998 apresentou um decréscimo e instabilidade enormes em sua produção de armamentos, perdendo uma parcela significativa deste mercado para seu maior concorrente, os Estados Unidos. De fato, isso está extremamente ligado ao colapso do bloco soviético que culminou na sua mudança de estrutura política e de governo.

Entretanto, a vitória ideológica americana mascarou transformações importantes na questão da indústria bélica global: enquanto no período que compreende a Guerra Fria era dominada quase que completamente pelas duas superpotências, no final da década de 1990 o mercado bélico se abriu fortemente para uma reinserção competitiva da indústria bélica europeia. Até mesmo a indústria bélica russa voltou a ter níveis expressivos de exportação, no entanto, nada de uma expansão produtiva tecnológica, mas intimamente ligada com a venda de armamentos obsoletos da época da corrida armamentista durante a Guerra Fria.

Um exemplo dessa disputa de mercado bélico é o rompimento em 1997 da Diretiva Presidencial 13 (*Presidential Directive 13 – Presença de-13*), realizada pelo então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. A PD-13 fora instituída em 1977, no auge da Guerra Fria, na administração do Presidente Carter, com o objetivo de conter a venda de aviões para os países da América do Sul, pois o fantasma comunista assombrava o continente e principalmente os Estados Unidos. (PERÓN et. al, 2007).

As indústrias de armamentos estadunidenses prevendo perdas em sua economia, passaram a reagir contra o PD-13, tendo em vista que a perda de mercado comprometeria sua competitividade global. As principais indústrias bélicas, como a Lockheed Martin e a Macdonnel Douglas, buscaram reverter essa diretiva que feria diretamente as suas receitas. Estas empresas passaram a atuar diretamente no Pentágono, que por sua vez teve que estimular nos países sul-americano, um mercado que demandaria desses armamentos vendidos pelos EUA. Posteriormente, estas empresas bélicas passaram a pressionar o Congresso dos EUA, que no ano de 1997, em pouco tempo revogou o ato que impedia a venda de armas para a América do Sul.

A disputa entre Rússia e Estados Unidos pelo mercado de exportações se acentuou ainda mais na América do Sul a partir de 2003. Pois, na urgência da liderança de Hugo

Chávez na Venezuela, carregado de discurso anti-imperialista e extremamente contrário à política externa estadunidense, fez com que no mesmo ano, os Estados Unidos promovessem um embargo econômico e suspendesse a venda de armas à Venezuela. Porém, com o fluxo de armamentos cortados pelos EUA, semelhante ao ocorrido em 1977 no PD-13, houve uma ampliação de fornecedores para a América do Sul, especialmente armamentos russos, em detrimento das indústrias bélicas estadunidenses.

Além da lógica da segurança nacional observada durante a Guerra Fria, a venda e transferências de armamentos assumem agora uma característica de mercado, visando demasiadamente interesses de capitalização. Independentemente da posição política dos compradores, a indústria bélica almeja expandir suas vendas, porém no caso da Venezuela, expõem, não apenas a quebra do embargo dos Estados Unidos, como também uma disputa de alianças, pois, mesmo com o fim da Guerra Fria, a Rússia apresenta uma relação ambígua frente aos Estados Unidos. E no momento em que se percebeu um aumento significativo da demanda por armamentos na América do Sul, principalmente de tecnologia vanguardista, como os caças, e esta não estavam sendo correspondidas pela indústria bélica estadunidense, indústrias internacionais, como a russa e seus Migs, a França e seus Mirages, e até mesmo Israel com o Kfir, passaram a abastecer este mercado. (PERÓN et. al, 2007).

É perceptível que na eminência de uma guerra os gastos saltem em aquisição de armamentos bélicos. A guerra do Vietnã na década de 1960 e a guerra do Golfo no final dos anos 1980 comprovam a disparada em gastos militares por parte dos Estados Unidos para manter as empreitadas militares nesses países. Porém, no final da década de 1990, os gastos militares apresentaram um aumento progressivo, indicando o compromisso entre grupos armamentistas nacionais e o governo, o que é esplêndido para a economia bélica e demonstra a intenção estadunidense de manter sua hegemonia tanto na esfera ideológica como na esfera militar.

O contexto global evidência uma economia de guerra permanente, demonstrando uma disputa por mercados para a ampliação das indústrias bélicas mundiais. A promoção da guerra ao redor do mundo dinamiza esse setor, transformando a lógica dos conflitos entre dois ou mais Estados, em um conflito sem limites, nos parâmetros das “guerras preventivas”:

A guerra do Iraque não veio a nosso encontro. Ela não “estourou” (...), aliás, nenhuma das atuais guerras norte-americanas “eclodiu” (...) Falta-lhe um *casus belli* (...). Trata-se, em suma, de uma guerra preventiva, como se diz na doutrina oficializada em setembro de 2002. De fato, uma categoria muito diferente de guerra, nada menos do que “o uso da força para eliminar uma ameaça forjada”. (CHOMSKY, 2003, *apud* PERÓN et. al, 2007, p. 58).

Segundo Peron, as atuais guerras não tiveram uma lógica pautada em embates de cunho histórico, mas sim, premeditadas objetivando o atendimento de interesses das indústrias bélicas. A atuação de um complexo industrial militar que se beneficia e se reproduz a partir do orquestramento de conflitos armados, não existindo somente uma indústria promotora desses conflitos. Perón, et. al, (2007) aponta que:

A economia e o estado de guerra permanente é a expressão do interesse capitalista de reprodução do setor bélico industrial dos Estados Unidos, posto que a força motriz da demanda, nesse caso, é a existência de guerras ou de “corridas armamentistas”, estimulando a produção de meios militares, gerando ganhos econômicos e bursáteis. Essa necessidade, aliada aos interesses de uma potência em processo de retomada de hegemonia global, com uma clara supremacia militar frente aos demais países, produz uma guerra sem limites sob a justificativa moral de uma guerra justa. (PERÓN et al, 2007, p. 38).

Desta forma, o “tráfico da morte” atualmente abastece governos, guerrilhas e terroristas, não só com grandes peças que governos podem usar, mas também com uma grande demanda de artefatos leves e portáteis, extremamente destrutivos e mortais. Assim, a Guerra Fria em um dos pontos da lógica armamentistas se perpetuou. As guerrilhas se mantiveram; antes clientes de uma superpotência contra os de outra; agora resistindo aos que as haviam lançado e agora queriam encerrá-las. Os rebeldes da UNITA em Angola continuaram em campo contra o governo, mesmo com cubanos e sul africanos se retirando do país. A Somália, armada primeiramente pelos russos, depois pelos EUA, entrou no mundo pós-guerra fria devastada, mas com um ilimitado suprimento de armas, munição e transporte militar.

2.2 – A Indústria Bélica no mundo atual

A indústria armamentista na atualidade continua a ser uma parte significativa da economia global. Países ao redor do mundo gastam bilhões de dólares todos os anos em pesquisa, desenvolvimento e produção de armamentos. Essa indústria inclui fabricantes

de armas convencionais, como rifles, tanques e aeronaves de combate, bem como fabricantes de armas nucleares e sistemas de defesa antimíssil.

Vários países têm grandes indústrias armamentistas, incluindo os Estados Unidos, Rússia, China, França, Alemanha, Reino Unido e muitos outros. Esses países competem por contratos de armas com outros estados, bem como com grupos militantes não estatais.

De acordo com a BBC News (2019):

Cinco países controlam três quartos do mercado de vendas de armas no mundo. O último relatório do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri, na sigla em inglês) aponta que Estados Unidos, Rússia, França, Alemanha e China responderam, nesta ordem, por 75% das exportações de armas no período entre 2014 e 2018.

Os Estados Unidos não apenas lideram a lista como estão bem à frente da Rússia, o segundo maior vendedor de armas do mundo. “Entre 2009 e 2013, os números de vendas de armas estadunidenses eram 12% maiores do que as dos russos. De acordo com o relatório do Sipri, entre 2014 e 2018, essa diferença alcançou 75%”. (BBC News, 2019).

O Oriente Médio é o principal destino das armas. Conforme BBC News (2019), “a região registrou um aumento das compras, enquanto foi identificada uma redução em outras partes do mundo, se comparado o volume registrado nos períodos 2009-2013 e 2014-2018.” Os Estados Unidos lideram há anos o mercado mundial de venda de armas, apesar de oferecer produtos muitas vezes mais caros. “Por décadas, os Estados Unidos têm sido o principal exportador de armas do mundo, e a diferença em relação aos outros países tem ficado cada vez mais notável”, (Aude Fleurant, Diretora do Programa de Gastos Militares e Armas do Sipri).

Os Estados Unidos respondem por 36% das exportações mundiais, enquanto a França vende 6,8%, a Alemanha contribuiu com 6,4% e a China com 5,2% neste lucrativo mercado. Americanos, franceses e alemães aumentaram suas vendas se comparados os períodos 2009-2013 e 2014-2018. A Rússia, por sua vez, viu suas exportações despencarem 17%, (BBC News, 2019).

Segundo Fleurant (BBC News, 2019) “o êxito está relacionado a uma estratégia complexa de vendas, que inclui capacitação, treinamento e garantia de segurança, além de apoio em caso de conflitos”. Por isso muitos países preferem comprar equipamentos estadunidenses apesar de China e Rússia, por exemplo, oferecerem produtos mais baratos. Segundo BBC News (2019):

Há ainda questões geopolíticas em jogo. Países que apoiam bloqueios regionais, como as sanções impostas pela Otan, preferem comprar equipamentos e tecnologias de nações aliadas e não de países que se colocam como inimigos em potencial, como a Rússia.

As vendas de armamentos são importantes não apenas pelo dinheiro, mas também porque proporcionam influência sobre comportamentos futuros. Armas precisam de peças sobressalentes e treinamento e isto pode influenciar comportamentos. Segundo a BBC News (2019), “A China, por exemplo, vem expandindo seu mercado consumidor e, por extensão, sua influência. Entre 2004 e 2008, eram 32 países importadores. Nos quadriênios seguintes, passou a 41 e depois a 53 compradores”.

Os países do Oriente Médio representam 35% do total global nesse período. A Arábia Saudita é o principal comprador global de armas. Comprou 12% do total de armas vendidas entre 2014 e 2018, ante 4,4% no quinquênio anterior. Os Estados Unidos são o principal fornecedor de armas para os sauditas (BBC News, 2019).

São diversos os tipos de armamentos complexos que dominam o mercado internacional de compra e venda. Entre 2014 e 2018, os mais vendidos foram:

- Caças F-35, aviões de combate de quinta geração. (Figura 02)
- Mísseis
- Sistemas antimísseis
- Helicópteros



Figura 2 - Caças F-35 na lista de armamentos mais vendidos
Fonte: (Foto: AFP via BBC News Brasil)

O relatório do Sipri indica que países da Ásia e da Oceania (entre eles Índia, Austrália, China, Coreia do Sul e Vietnã como os principais compradores regionais) receberam 40% do total das importações mundiais de armas entre 2014 e 2018. “O segundo maior comprador foi a Índia, mesmo tendo reduzido as importações de armas nos últimos cinco anos analisados na pesquisa”, segundo Fleurant (BBC News, 2019).

Na América Latina, o México, a América Central e países caribenhos compraram 49% mais armas nos últimos cinco anos analisados. Na América do Sul, por sua vez, as aquisições caíram 51% de acordo com os dados coletados pelo Sipri.

Conforme a BBC News (2019), “o Brasil foi responsável por 27% das compras de armas na América do Sul no período analisado, apesar de ter comprado 28% menos que no quinquênio anterior. O país ocupa a 23ª posição entre os exportadores e a 35ª entre os importadores.”

CAPÍTULO III A INDÚSTRIA BÉLICA NO BRASIL

3.1 A evolução da produção

Em termos históricos, a produção de armamentos no Brasil se deu em 1808, quando no Rio de Janeiro, o Arsenal de Marinha passou a produzir navios para a Marinha de Guerra, criada com o objetivo principal de defender D. João VI e a Corte portuguesa contra as investidas de Napoleão Bonaparte.

Também em 1808, temos o surgimento da Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, focando na produção de explosivos e propelentes para munição. Nesse contexto, temos a Fábrica de Realengo, com a finalidade de fabricar munição de Infantaria, já então estabelecida, de cartuchos metálicos.

Importante frisar, aqui, a produção de carros de combate e canhões, pelos paulistas em 1932, além das fábricas sob a responsabilidade do Ministério do Exército na década de 1930. Na iniciativa privada, Júnior (2001) aponta que:

A primeira fábrica de armamentos aparece no final do século XIX: a Fábrica Rossi, especializada em armas leves. Surge também a Taurus S.A., localizada no Rio Grande do Sul, fundada em 1939. Data de 1926 a Companhia Brasileira de Cartuchos (Santo André – SP), voltada para a produção de munição. (JUNIOR. 2001, p. 104)

Em função da grande sazonalidade que tem definido o mercado industrial de Material Bélico no Brasil, considera-se que essa indústria surgiu a partir de 1960. Para Júnior (2001, p. 2): “até meados da década de 1960, basicamente todas as linhas de produção de armamentos estavam reunidas em três velhos arsenais e onze fábricas do Exército, no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e na Base do Galeão”. Era na Base do Galeão onde eram construídos aviões de treinamento, com tecnologia estrangeira.

Mas foi com a criação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) o grande marco inicial da indústria armamentista brasileira. A partir de 1964, os militares passaram a promover o reequipamento das Forças Armadas. A produção interna de armamentos foi então estimulada e criou-se o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), cuja prioridade seria estimular o empresariado nacional a entrar no ramo da produção de armamentos.

Outra questão fundamental foi a formação do GPMI – Grupo de Mobilização Industrial – criado no final de 1963 – que lançou bases para a conversão das empresas brasileiras em empresas produtoras de material bélico.

Este grupo visava preparar as indústrias e as Forças Armadas para o período em que se supunha que intensos combates seriam travados entre forças do governo e a guerrilha antigolpe. Havia, desta forma, uma justificativa imediata para um esforço de produção local de material bélico. (RODRIGUES, apud BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, 2022)

Um evento importante para a indústria armamentista brasileira, conforme Júnior (2001, p. 2) foi: “o cancelamento dos acordos de cooperação militar com os EUA ocorrido em 1977. Por esses acordos, o Brasil recebia equipamentos produzidos pelos norte-americanos, já obsoletos”. Em meio a esse arcabouço, o governo começou a desenvolver políticas voltadas para o apoio à produção de armamentos internamente:

- Compra de equipamentos nacionais, o que podia garantir e consolidar a produção;
- Protecionismo em relação aos produtores internos;
- Transferência para a Embraer, a custo zero, dos projetos desenvolvidos pelo CTA;

- Canalização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico para a pesquisa militar.

Desta forma, o setor armamentista brasileiro assinou contratos com empresas, alemãs, britânicas, francesas e italianas para adquirir tecnologia de ponta. E desenvolveu internamente suas próprias pesquisas, visando o mercado externo. No âmago desse dinamismo surgem as três grandes empresas exportadoras/montadoras/produtoras do setor bélico nacional: Avibrás, Embraer e Engesa.

Um caso característico, ocorrido na década de setenta na indústria metalúrgica brasileira, foi o desenvolvimento dos aços especiais SAR 80 e SAR 120 (Aço Soldável de Alta Resistência). A história do surgimento deste aço está ligada à Bernardini e à Usiminas e ao desenvolvimento de três tipos de munições específicas.

Ao observar o desenvolvimento das munições do tipo Flecha, perfurante e Carga Oca (que são capazes de perfurar a blindagem dos carros de combate), a Bernardini começou a desenvolver diversos estudos para que as chapas de aço que revestiam os carros de combate repotencializados limitassem a ação dos projéteis. Em estudo conjunto com a Usiminas, esta acabou desenvolvendo um tipo de aço da família SAR que impedia a ação daqueles projéteis. Foi feita então uma pequena encomenda deste tipo de aço especial para realizar os protótipos de carros de combate para teste. Mais tarde, o Ministério do Exército começou a demandar carros de combate com esta especificação – e que foi utilizada em arga escala por outra empresa do complexo bélico, a Engesa. Logo depois, o mesmo aço passou a ser aplicado em diversos produtos da indústria não-bélica. (BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, 2022)

No entanto, mesmo com o “boom” da indústria bélica brasileira – no final dos anos setenta e início dos oitenta o mercado doméstico da indústria brasileira era restrito por conta da situação em que se encontrava o país, principalmente o setor público. As dívidas interna e externa brasileiras foram as grandes responsáveis pelas restrições impostas aos gastos do governo com a demanda doméstica de armas, fazendo com que ela fosse restringida pela Marinha, Exército e Aeronáutica.

Mas, em se tratando do início da formação bélica pesada do Brasil, ou seja, meados dos anos sessenta, esta demanda era ainda muito menor, vis a vis o acordo de abastecimento de armas que o Brasil mantinha com os EUA, e com alguns países da Europa. (BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, 2022)

Para desenvolver a tecnologia bélica pesada no Brasil, dois caminhos foram necessários: a capacitação técnica e a engenharia reversa, aos quais se soma, especialmente no caso dos blindados brasileiros, a repotencialização – considerada por muitos oficiais engenheiros como uma verdadeira escola. Esta última significou uma saída para as limitações impostas pela transferência de tecnologia e pela compra de pacotes tecnológicos. Enquanto a capacitação técnica funciona como forma de adquirir os princípios da tecnologia, para Fonseca (BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, 2022), *“a repotencialização bem como a engenharia reversa funcionaram como formas de desenvolver a capacitação industrial bélica brasileira”*.

A engenharia reversa nada mais é do que procurar entender como foi desenvolvido determinado produto a partir de sua desmontagem completa e partir para sua cópia. Tal prática viabilizou o início de uma base industrial bélica para o Brasil, suprimindo, com o passar do tempo, uma lacuna existente no ciclo de desenvolvimento da indústria bélica brasileira.

Este esforço inicialmente se concentrou na diversificação de um pequeno nicho produtivo existente que compreendia entre outros produtos: uniformes, munições, armas leves, viaturas leves, etc.

Entre esses novos produtos que começaram mais tarde a ser produzidos incluiu-se o processo de repotencialização de armamentos existentes, transformando-os em mais avançados, tal como ocorreu com os sistemas de mira, blindagem, canhões, metralhadoras de calibre maior e embarcações, que mais adiante garantiram uma nova capacidade de produção em função da experiência adquirida. Foi a partir dessas experiências que várias empresas do setor civil aderiram ao fabrico de material bélico.

Embora não tivessem nascido para a produção desses materiais, muitas delas converteram-se em função das experiências adquiridas com a realização de tarefas para as Forças Armadas. A Engesa, por exemplo, partiu da área de projetos e fabricação de peças e componentes para a prospecção de petróleo, passando depois para a produção de caminhões para terreno acidentado, onde, entre outros, a Petrobrás, a Cargill e a própria Marinha foram seus primeiros clientes. Com um grande conhecimento na tecnologia mecânica, devido à presença de oficiais engenheiros do Exército que trabalhavam no PqMM/2 (Parque de Manutenção e Motomecanização da Segunda Região Militar), não teve qualquer dificuldade para se direcionar para a nova demanda emergente. (Brazilian Journal of Political Economy, 2022)

Somente mais tarde, com o sucesso do carro de combate Cascavel, principalmente no Oriente Médio, a Engesa entraria no segmento de eletrônica, com a compra da Bardella e uma unidade da empresa estadunidense Phillips.

O caso da Bernardini é outro exemplo, pois além de fabricar cofres passou a produzir torres para carros de combate e suspensões. Com efeito, a Bernardini partiu de suas experiências na fabricação de fogões para a produção de cofres, e, no final dos anos sessenta, já repotencializava carros de combate advindos da Europa e EUA. Conforme (BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, 2022) “*a partir da experiência do manuseio do aço, metalurgia e mecânica, a Bernardini não teve grandes dificuldades para sua conversão bélica, devido à grande proximidade em que se encontrava com as necessidades das Forças Armadas Brasileiras*”.

A Avibrás, com sua experiência na produção de aeronaves civis, detinha um conhecimento de vanguarda nas áreas de mecânica de precisão, metalurgia e sistemas de propulsão; também não teve dificuldades em se orientar na produção de mísseis e peças de artilharia (Rodrigues, 1991, p. 201)

O caso da DF Vasconcellos Equipamentos Óticos, uma empresa tradicional de São Paulo fabricante de lupas, telescópios, teodolitos e binóculos, merece ser aqui destacado:

Durante a etapa de desenvolvimento do míssil Piranha, desenvolvido pelo Instituto de Atividades Espaciais do Brasil, a DF foi contratada para desenvolver a cabeça inteligente do míssil, composta de sistemas óticos e de sensores do tipo infravermelho (Lopes, 1994, p. 123).

Na verdade, este foi um caminho natural para o desenvolvimento de projetos e a fabricação de material bélico no Brasil. No entanto, ao que tudo indica, o sucesso destas empresas na produção de armamentos deveu-se às experiências que elas traziam do setor civil. Ao contrário das empresas, inteiramente privadas, que se converteram integral ou parcialmente para atender à demanda bélica, quase a totalidade das empresas que nasceram para atuar na produção de artefatos bélicos eram ou estatais ou sociedades de economia mista, a maior parte de cujo capital acionário era propriedade do Estado, sendo dirigidas por oficiais do Exército. Conforme BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, (2022) “*a indústria bélica brasileira, desde a sua formação até meados da década de sessenta, ficou ao cargo do Exército, através de suas fábricas e arsenais, o que definia uma solução estatal para a questão*”. A necessidade de o Brasil ampliar seu parque industrial bélico – mesmo a um custo elevado de endividamento externo – para estar

minimamente preparado diante de um conflito internacional, no contexto da Guerra Fria, impulsionou a indústria bélica brasileira.

A indústria de defesa do Brasil e as exportações provenientes dela tiveram o seu auge nos anos 1970 até o início de 1990, destacando-se a fabricação do veículo blindado Cascavel e o sistema de artilharia de foguetes Astro II. O cenário internacional encontrava-se cercado de grandes tensões, visto que ocorriam conflitos internacionais. Tendo em vista que o Brasil sempre fora considerado um Estado pacífico, muitos países envolvidos em conflitos foram atraídos a comprar armamentos brasileiros (MORAES, 2012).

Na década de 1970, o principal país de destino das exportações brasileiras de defesa foi a Líbia, somando aproximadamente US\$360 milhões, como pode ser observado na Tabela 1. Nesse período, além da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã em âmbito internacional, a Líbia passava por grandes mudanças, sendo a principal delas a ascensão do coronel Muammar al-Kadhafi em 1969, que derrubou o rei Idris I que governava desde 1951, instaurando, assim, uma república (CARMO; HADDOOD, 2014; MORAES, 2012).

Entre os anos de 1970 e 1979, a maior parcela das exportações foi voltada para os veículos blindados, totalizando aproximadamente US\$489 milhões (SIPRI, 2023). Os veículos exportados foram o EE-11 Urutu e o EE-9 Cascavel, ambos fabricados pela ENGESA a partir do ano de 1974. O restante das exportações brasileiras no mesmo período foi voltado para aeronaves, aproximadamente US\$96 milhões. São elas: a EMB-110 Bandeirante, a EMB-111 (ambas produzidas pela Embraer) e a A-122 Uirapuru, produzida pela Aerotec (SIPRI, apud NABUCO et al 2020).

O Iraque foi considerado o maior importador da indústria de defesa brasileira já registrado na história. Este foi, entre 1980 e 1989, o principal cliente do Brasil, importando um total de US\$539 milhões em armamentos. Esse período, o auge das exportações desta indústria bélica brasileira, foi marcado pela guerra entre Irã e Iraque, um dos principais fatores que explicam a demanda do Iraque por armamentos nessa década (CARMO; HADDOOD, 2014).

Entre os anos 1980 e 1989, houve um expressivo aumento das exportações relativas à defesa, que atingiram US\$1,5 bilhão. Durante essa década, não só aumentaram as exportações de aeronaves e de veículos blindados, mas também foram exportados aproximadamente US\$73 milhões em artilharia. Esse aumento significativo nas exportações bélicas brasileiras ocorreu, entre outros motivos, pelo fato de que, em âmbito internacional, acontecia a Guerra Irã-Iraque, tendo o Iraque importado cerca de US\$539 milhões em carros blindados e aeronaves brasileiras devido às fortes relações diplomáticas que os

dois países mantinham na época (STRACHMAN; DEGL'LESPOTI, 2010; SIPRI, 2019) As exportações de aeronaves totalizaram aproximadamente US\$669 milhões, sendo elas: a EMB-312 Tucano, a EMB-111, a EMB-121 Xingu, EMB-110 Bandeirante (produzidas pela Embraer), MB-326GB, AS-550 Fennec3, Bell412, SA-315B Lama, A-132 Tangará, C-47 Skytrain, M-3 Stuart e T-37B. Os veículos blindados, cujas exportações atingiram aproximadamente US\$795 milhões no período analisado, foram: o EE-11 Urutu, o EE-3 Jararaca e o EE-9 Cascavel, todos fabricados pela ENGESA. Quanto à artilharia exportada (aproximadamente US\$73 milhões), trata-se do Astros II, um sistema de lançadores de foguetes fabricado pela Avibrás (SIPRI, apud NABUCO et al 2020).

Entre os anos de 1990 e 1999, o principal cliente brasileiro da indústria bélica foi o Reino Unido, que importou em torno de US\$132 milhões do Brasil, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – países de destino das principais exportações brasileiras de armas

Período	País de destino	US\$ / milhão
1970-1979	Libia	360
1980-1989	Iraque	539
1990-1999	Reino Unido	132
2000-2009	Colômbia	110
2010-2018	Afeganistão	114

Fonte: SIPRI, apud NABUCO et al 2020.

Para estes países foram exportados diversificados produtos incorporando níveis tecnológicos diferenciados nas suas produções:

Foram exportados: aproximadamente US\$485 milhões (o que corresponde a apenas 31,3% das exportações totais da década anterior), distribuídos entre aeronaves, veículos blindados, artilharia e sensores; aproximadamente US\$345 milhões em aeronaves dos modelos EMB-312 Tucano, A-122 Uirapuru e EMB110 Bandeirante; quanto aos veículos blindados, foram vendidos aproximadamente US\$54 milhões do modelo EE-9 Cascavel; e foram exportados aproximadamente US\$80 milhões em artilharia (Astros II) e US\$6 milhões em sensores (SIPRI, apud NABUCO et al 2020).

O maior importador da indústria de defesa brasileira entre 2000 e 2009 foi a Colômbia (US\$110 milhões), que passava por um longo período de crises políticas, econômicas e financeiras desde as décadas anteriores.

Entre os anos 2000 e 2009, as exportações brasileiras declinaram e representaram aproximadamente 61% das exportações da década anterior, totalizando aproximadamente US\$298 milhões, concentrados em sua maior parte na venda de aeronaves (aproximadamente US\$259 milhões) dos modelos EMB-120, Bell-212, EMB-314 Super Tucano, EMB-145, AS565 Panther, HS-

748 e AS-355/AS-555 Fennec. Também foram exportados US\$21 milhões em navios do modelo V-15 Imperial Marinheiro e aproximadamente US\$2 milhões em veículos blindados do modelo AV-VBL (SIPRI, apud NABUCO et al 2020).

Por fim, entre os anos de 2010 e 2018, o maior cliente brasileiro foi o Afeganistão, com um total de US\$114 milhões (SIPRI apud NABUCO et al 2020), país este que se mantém, desde 2001 até o presente momento, na chamada Guerra do Afeganistão.

Entre os anos de 2010 e 2018, as exportações da indústria brasileira de defesa subiram novamente, atingindo aproximadamente US\$598 milhões, dos quais as aeronaves, mais uma vez, representaram a maior parcela das exportações (aproximadamente US\$507 milhões), dos modelos EMB-314 Super Tucano, ERJ-145, Bell-205, L-410 Turbolet, BN-2 Islander, KC-390 e Phenom-100. Dos itens de artilharia, foram exportados os modelos Astros II, M-41B (aproximadamente US\$51 milhões), mísseis do modelo MAR-1 (US\$27 milhões) e dos veículos blindados, foram exportados US\$13 milhões do modelo VBTP Guarani (SIPRI apud NABUCO et al 2020).

De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI apud NABUCO et al 2020), o Brasil esteve, entre as décadas de 1970 e 1980, na 16ª posição no ranking internacional dos maiores exportadores da indústria bélica. Nas duas referidas décadas, os três maiores exportadores nesse setor foram: a até então URSS em 1º lugar, em 2º lugar, os Estados Unidos e, em 3º lugar, a França.

Contudo, com o fim da Guerra Fria ocorreu uma significativa queda na demanda por armamentos no mundo, inviabilizando economicamente os investimentos nessa indústria, dado o papel essencial desempenhado pelo mercado externo (MORAES, 2012).

A década de 1990, foi marcada pelo encerramento das atividades da ENGESA, responsável pela produção de carros blindados brasileiros que consistiam no maior volume de exportações da indústria de defesa brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, o Brasil perdeu a posição de 16º maior exportador mundial da indústria bélica para a até então Checoslováquia, passando a ocupar a 26ª posição no ranking internacional (SIPRI apud NABUCO et al 2020).

Entre os anos de 2000 e 2009, o Brasil novamente caiu de posição no ranking, perdendo o 26º lugar para a Áustria, passando, então, a ocupar o 29º lugar entre os maiores exportadores da indústria bélica internacional. Nesse período, os três maiores países

exportadores, assim como na década de 1980, foram os Estados Unidos em 1º lugar, a Rússia em 2º e a Alemanha em 3º lugar (SIPRI apud NABUCO et al 2020).

Entre os anos de 2010 e 2018, o Brasil deixou a 29ª posição e subiu para a 22ª posição no ranking internacional, substituindo a Coreia do Norte, que passou da 22ª posição, na década de 2000, para a 64ª posição (SIPRI apud NABUCO et al 2020). Entre 2010 e 2018, as exportações mundiais relativas à indústria de defesa totalizaram aproximadamente US\$257.687 bilhões, das quais US\$598 milhões são de origem brasileira, o que significa dizer que a participação do Brasil nessa indústria correspondeu a aproximadamente 0,23% das exportações mundiais (SIPRI apud NABUCO et al 2020). Trata-se de uma grande diferença se comparado às duas maiores potências militares da atualidade, os Estados Unidos, que foram responsáveis por 33,4% das exportações mundiais de armamentos no referido período, e a Rússia, responsável por 23,7% das exportações mundiais no mesmo período. Entretanto, comparando-se com o terceiro maior exportador mundial de armamentos, a França, responsável por 5,8% das exportações mundiais, a diferença diminuiu drasticamente.

Apesar da pequena parcela de participação da indústria de defesa brasileira nas exportações mundiais dessa indústria, o Brasil foi ranqueado pela Global Firepower (GFP) como a 12ª maior potência militar do mundo entre 155 países, em 2023, o índice GFP apresenta o Brasil como uma das 15 principais potências mundiais, considerando 50 variáveis de comparação entre os países, como, por exemplo, a indústria de defesa local, fatores geográficos, a mão de obra disponível nos países, o número e a diversidade de armas presentes no arsenal do país, entre outros fatores (GFP apud NABUCO et al 2020).

Mesmo sendo um segmento produtivo com enormes oportunidades para emprego de novas tecnologias e inovações, a cadeia produtiva da indústria bélica brasileira possui forte dependência do know-how empregado pelo cliente final, principalmente no tratamento com as Forças Armadas Brasileiras. Nos últimos anos, entretanto, o apoio à indústria nacional de defesa começou a ascender como pauta para as políticas públicas do governo brasileiro, com o objetivo de capacitar o país a se defender prontamente e ampliar sua capacidade de influência no âmbito regional e global.

Por meio de programas nacionais e parcerias estratégicas, o governo brasileiro tem incentivado ao longo da última década a retomada dos investimentos na indústria de defesa nacional. Por meio destas iniciativas, espera-se consolidar as excelências desenvolvidas no setor, incentivar o progresso tecnológico do

país e diminuir a dependência de suas Forças Armadas em relação a fornecedores externos. (ANDRADE et al, 2016, p.7)

No ano de 2017, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mapeou a base industrial de defesa brasileira a fim de analisar os níveis de competitividade das empresas que compõem a cadeia produtiva nacional do setor. “A ausência de conhecimento sistematizado sobre a dimensão da indústria brasileira de defesa em sua totalidade consistia em um obstáculo para políticas mais fundamentadas para o setor” (SQUEFF apud PECCINI, 2017, s/p). Trata-se de um diagnóstico pioneiro no país, ainda segundo Flavia Squeff, o estudo levantou informações de mais de 2 mil centros de pesquisa localizados em 130 universidades brasileiras, destes, 44 centros de estudos estariam ligados diretamente ao Ministério da Defesa.

A estruturação das exportações brasileiras é dominada pela venda de aeronaves, sendo a Embraer a empresa com maior participação no mercado externo de defesa, com destaque para o avião Super Tucano (Moraes, 2012, p. 45-47). Segundo IPEA (2016):

Entre os países que adquiriram o modelo entre 2000 e 2013 encontram-se Angola, Burkina Faso, Chile, República Dominicana, Equador, Indonésia, Mauritânia e Senegal⁸ (Sipri, 2014). Ademais, ressalta-se que o primeiro contrato de venda entre a empresa brasileira e o governo dos Estados Unidos foi firmado em 2013, envolvendo a compra inicial de vinte aeronaves do modelo, atingindo um total de 427 milhões de dólares. A entrega do primeiro avião ocorreu em setembro de 2014, enquanto os demais, produzidos em instalações da Embraer em Jacksonville, na Flórida, devem ser entregues até julho de 2015. É importante apontar, ainda, que a aquisição dos Super Tucanos realizadas pelo governo norte-americano destina-se ao uso em missões militares do país no Afeganistão. (ABDI/Ipea, 2016, p. 18)

Conforme IPEA (2016), ainda no que se refere à produção e venda de aeronaves:

(...) Destaca-se que, em outubro de 2014, a Embraer apresentou o primeiro protótipo do avião de transporte militar KC-390, desenvolvido em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB). Considerando a versatilidade apresentada pelo modelo, característica que abre a possibilidade de seu uso para as mais diversas missões, há bastante expectativa de que o KC-390 venha a contribuir significativamente com as exportações brasileiras na área de defesa. Conforme o contrato assinado entre a empresa e a FAB, serão entregues à força 28 aeronaves do modelo, que deve entrar em operação em 2016 e já conta com cartas de intenção para a venda de outras 32 unidades para países como Chile, Portugal e Suécia. (ABDI/Ipea, 2016, p. 18)

“Além da Embraer, outras empresas que realizaram contratos externos de fornecimento de produtos militares no período 2000-2010 foram a Mectron, com a venda

de mísseis, e a Avibras, vendendo veículos, sistemas Astros II e radares”, (ABDI/Ipea, 2016, p. 18). As demais exportações seriam, em grande medida, de produtos de segunda mão (Moraes, 2012, p. 45-47). No que concerne o comércio exterior, os principais compradores de bens de defesa brasileiros entre os anos de 2000 e 2010 foram Colômbia, Equador e Chile, totalizando cerca de 48% das exportações do setor. Ainda conforme dados do Sipri, observa-se a predominância do setor de aeronaves sobre os demais na pauta de exportações de armamentos entre os anos 2000 e 2013. Nesse período, a venda de aeronaves representou 81,3% das exportações de produtos militares brasileiros.

A Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), instituição que lista mais de duzentas associadas em seu website, é uma das poucas entidades com acesso mais amplo aos dados do setor industrial na área de defesa no Brasil. A associação divulgou, em uma apresentação realizada em 2014 sobre o setor, que as empresas associadas teriam obtido um faturamento de aproximadamente 4 bilhões de dólares em 2013 (Abimde, 2014). Ademais, a associação aponta que a BID (Base Industrial de Defesa) seria constituída por quarenta empresas exportadoras e geraria, ao todo, um total de 30 mil empregos diretos e 120 mil empregos indiretos. Abimde, (2013).

Cabe ainda apontar que algumas das principais empresas de defesa atuais, conforme diagnóstico da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2011), são aquelas que se beneficiaram dos grandes projetos militares no período de auge da BID (Base Industrial de Defesa) ainda na década de 1980. Nesse sentido, o relatório da ABDI destaca empresas como Embraer, Avibras, Helibras e Emgepron, remanescentes daquele período, bem como companhias que se estabeleceram posteriormente, mas que acolheram projetos originados nos anos 1970 e 1980, como as empresas Mectron, Agrale e Atech (ABDI, 2011, p. 20).

Os gastos governamentais em defesa consistem em outro fator determinante para compreender a situação da BID (Base Industrial de Defesa). Sendo os bens e serviços militares preponderantemente voltados para Forças Armadas e forças de segurança pública, as indústrias de defesa tendem a ter como principais clientes os Estados, particularmente o governo de seus próprios países.

3.2 O acesso aos armamentos no Brasil

A legislação quanto ao tema passou a ser mais rígida no ano de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Conforme Rocha (2019):

A lei 9.437 instituiu o Sistema Nacional de Armas (SINARM), órgão que passou a ter incumbências como cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais. Além disso, a nova lei exigia alguns requisitos para o porte de armas. Passou a ser necessária a comprovação de idoneidade, comportamento social produtivo, efetiva necessidade, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de armas de fogo. (EXAME, 2019)

No ano de 2003, no governo do presidente Lula, a Lei 10.826, ou Estatuto do Desarmamento, entrou em vigor para reduzir ainda mais a circulação de armas e evitar o porte ilegal e contrabando. Segundo Exame (2019): *“além de dar mais atribuições ao SINARM, o Estatuto passou a permitir a posse de armas apenas para formação profissional e por comprovada necessidade do cumprimento das atividades profissionais.”*

Com o decreto assinado por Jair Bolsonaro nos primeiros dias de seu mandato em 2019, a posse de armas foi flexibilizada porque a “comprovada necessidade” para uso de armas de fogo, antes não especificada no Estatuto do Desarmamento, foi descrita e abarcou um percentual importante da população.

Ficou permitida a posse de armas para moradores de áreas urbanas e estados em que os índices anuais de homicídio superam a taxa de 10 a cada 100 mil habitantes, além de áreas rurais, o que abarca todo o território nacional. Além disso, a posse também foi liberada para servidores públicos que exercem funções com poder de polícia e proprietários de estabelecimentos comerciais ou industriais. O decreto também aumentou a validade de registro de armas passou de 5 para 10 anos. (EXAME, 2019)

A flexibilização no acesso às armas e munições no Brasil durante a gestão do governo Bolsonaro (2019-2022) somada às dificuldades de ferramentas de controle e rastreamento, tornou-se um fator importantíssimo de reflexão e preocupação, principalmente, por ter relação direta com a escalada de violência.

Conforme o site Brasil de Fato (2022):

Um levantamento realizado pelo advogado e gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, aponta que o número de armas em circulação na categoria Caçador, Atirador Esportivo e Colecionador (CAC) no Brasil já é superior ao total de armas da Instituição Polícia Militar.

Em pesquisas realizadas no Sistema Nacional de Armas (SINARM) e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), “até abril de 2021, os CACs contabilizavam um total de 648.731 armas, enquanto a soma dos armamentos das Polícias Militares totalizava 583.498, Brasil de Fato (2022).

Os usuários de armamentos no Brasil

Pessoas Jurídicas - Instituições Públicas	
Polícias Militares	583.498
Polícias Civis	172.131
Órgãos públicos (Guardas, TJs, Mas, etc.)	336.523
Pessoas Jurídicas - Instituições Privadas	
Empresas de seg., lojas importador etc.	279.607
Pessoas físicas - armas particulares	
Cidadãos	562.200
Militares - Forças Armadas	159.334
Policiais Federais (PF, PRF, PFF) e ABIN	14.091
Policiais Militares	515.087
Policiais Civis	34.790
Agentes Prisionais, escolta etc.	29.467
Guardas Municipais	4.809
CACs (Caçador, atirador esportivo, colecionador)	648.731
Caçador de subsistência	5.654
Total	3.372.115

Fonte: SINARM e SIGMA, atualizado em abril/21

Tabela 2 – Os usuários de armamentos no Brasil

Fonte: Desenvolvida por Bruno Langeani

Bolsonaro desde janeiro de 2019 publicou mais de 30 decretos e atos normativos para beneficiar o acesso às armas. Embora alguns estejam na esfera jurídica, a intenção de aumentar o acesso ao armamento foi atingida. De acordo com o Brasil de Fato (2022):

Como mostrou reportagem publicada pelo Brasil de Fato no último mês de dezembro, além dos CACs obterem altas quantidades de armas e munições, os decretos presidenciais desclassificaram uma série de itens que eram considerados Produtos Controlados pelo Exército (PCEs). Hoje, um CAC pode ter acesso, por exemplo, a um fuzil semiautomático calibre 7.62, que era de uso restrito.

A relação é direta entre aumento e circulação de armas e homicídio. Os impactos dessa política armamentista sem controle eficiente dos órgãos responsáveis já são sentidos pela população brasileira.

O período que mais cresceu o homicídio no Brasil foi quando tivemos uma corrida armamentista na década de 90. O Brasil está vendo algo semelhante com o governo Bolsonaro. No final de 2018 tivemos uma queda de homicídios que acabou entrando um pouco em 2019. A flexibilização de armas começou, principalmente, a partir de maio de 2019 e não parou até agora, mesmo com pandemia e toda essa questão de fechamento de comércio, a gente está vendo cada vez mais a compra de armas e isso já começa a ter um reflexo nos indicadores, aponta o advogado em entrevista ao Brasil de Fato. (BRASIL DE FATO, 2022)

Um dos principais indicadores que mais preocupa especialistas da área de Segurança Pública é o crescimento da violência doméstica e dos casos de feminicídio. Segundo Brasil de Fato (2022):

Conforme o Atlas da Violência, enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019, fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica.

De acordo com Brasil de Fato (2022), “*O Atlas da Violência 2021 foi produzido pelo Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)*”. O estudo teve como parâmetro os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

Causa preocupação as mudanças recentes na legislação de controle de armas, como os mais de 30 decretos e atos normativos presidenciais publicados desde janeiro de 2019, a flexibilização pode agravar o contexto da violência doméstica, diz o texto do estudo que ainda ressalta a piora na qualidade das informações do sistema de saúde brasileiro em 2019, podendo levar à subnotificações de homicídios e análise distorcida de dados. (BRASIL DE FATO, 2022)

Conforme levantado pelo Brasil de Fato:

Para Langeani, o indicador da violência doméstica é um dos primeiros que começa a subir com o aumento da circulação de armas e deve ser analisado com muita atenção. A gente está falando de compra de armas para casa, esse é o lugar onde primeiro sofre essa questão da violência, temos visto o aumento do feminicídio em vários estados que, na nossa opinião, não é uma coincidência quando a gente olha esse cruzamento e essa explosão de armas, afirma o gerente do Instituto Sou da Paz. (BRASIL DE FATO, 2022)

A solução para a redução da violência de uma maneira geral perpassa por dois mecanismos que ainda são ineficientes no Brasil: o controle do mercado legal de armas e o combate ao mercado ilícito de armas e munições. Pode-se permitir que os cidadãos brasileiros comprem armas para ter em seu domicílio desde que cumpram os requisitos para impedir o uso violento, como: teste psicológico, atestado de antecedentes (criminais), e que qualquer uso indevido implique na retirada preventivamente. Existe no Brasil uma fraqueza para “*fazer um trabalho de rastreamento sistemático do que é apreendido no mercado, pois, a maioria, são de armas nacionais desviadas do mercado legal*”, Brasil de Fato (2022).

No ano passado, o Senado aprovou o projeto de lei (PL 1.419/2019) que proíbe a aquisição de arma de fogo por quem praticar violência contra mulher, idoso ou criança. A proposta também determina perda da validade dos registros de armas já existentes em nome do agressor e a apreensão imediata de armas de fogo na posse do agressor, mesmo que não tenham sido usadas na agressão. A proposta, que altera o Estatuto do Desarmamento, ainda precisa ser analisada pela Câmara dos Deputados. (BRASIL DE FATO, 2022)

Atualmente, a Lei Maria da Penha já prevê a suspensão da posse ou porte de arma de fogo e a apreensão da arma como medidas protetivas de urgência. No entanto, a medida é restrita a atos que ocorram na unidade doméstica, no âmbito familiar.

CONCLUSÃO

Este trabalho final de graduação tratou de compreender os caminhos e o sentido da produção de armas no mundo moderno (atual). Para tanto procurou-se compreender também os sentidos das guerras, em especial a guerra fria.

A Guerra Fria encheu o mundo de armas numa intensidade jamais vista na história humana. Conforme Hobsbawm (1995) foi o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vista a uma guerra que poderia estourar a qualquer momento; quarenta anos em que as duas superpotências competiram para fazer amigos e influenciar pessoas, para a distribuição de suas armas em todo o globo, para não dizer de quarenta anos constante de guerras de “baixa intensidade”. Esses “Complexos Industrial-Militares” tinham tamanho interesse em vender seus produtos no exterior, para no mínimo reconfortar seus governos com provas que os gastos astronômicos militares tinham realmente alguma valia. Os resultados desta desenfreada corrida armamentista provocaram antes do colapso soviético, a morte de cerca de 20 – milhões de pessoas em mais de cem “guerras maiores e ações e conflitos militares” entre 1945 e 1983, praticamente todas no terceiro mundo.

Assim, o princípio armamentista da Guerra Fria pode ser entendido como uma acelerada produção bélica onde as duas superpotências antagônicas, URSS e EUA, canalizaram suas economias numa corrida armamentista maciça e extremamente dispendiosa. No entanto, o sistema capitalista podia absorver os gastos militares que

chegaram à década de 1980 nos EUA a três (3) trilhões de dólares em dívidas. No caso soviético, não havia parceiro internamente ou externamente para conter a tensão proporcional dos gastos soviéticos – que no seu modo, talvez um quarto – que os 7% do astronômico PIB americano destinados aos dispendiosos custos de guerra em meados da década de 1980.

Militarmente, a Guerra Fria encheu o mundo de armas numa intensidade jamais vista na história humana, sendo o resultado de quarenta anos de competição constante entre EUA e URSS para armar-se com vista a uma guerra que poderia eclodir a qualquer momento.

O diagnóstico mais imediato organizado pelos analistas internacionais é a constatação frente os dados levantados é o de haver uma relação causal entre o significativo aumento dos gastos militares globais na presente conjuntura e a ocorrência de uma corrida armamentista.

Desta forma, não obstante, os vestígios da Guerra Fria são vitais para o entendimento e para a configuração da atual ordem histórica que tem estreitas ligações com a indústria bélica e o discurso de segurança e defesa gestados nesse período. Os princípios da ordem internacional atual são regidos a partir do firmamento de um compromisso entre o governo americano e o sistema militar industrial, que ao mesmo tempo busca uma produção que atenda os interesses dos Estados Unidos em manter a ordem, e os interesses desse comércio bélico na expansão de seus lucros. A consequência imediata deste compromisso é a urgência de uma economia e um estado permanente de guerra, ou precisamente, de uma guerra sem limites.

Em sua dinâmica de acumulação, o que confere peculiaridade a esta indústria bélica é o fato dela ser alimentada pela demanda de produtos canalizados à manutenção de segurança e defesa dos Estados. É pautada em interesses político-ideológicos demasiadamente delicados, sendo determinantes em seu processo e desenvolvimento; ao mesmo passo, a expansão desse setor é essencial para a manutenção das políticas do Estado, realizando uma íntima relação entre economia e política.

Tal interdependência entre Estado e indústria bélica foi reforçada durante o tempo que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial, com a estruturação e consolidação da indústria bélica soviética e estadunidense. A partir daí, foi concretizada a partir de

investimentos maciços que ocasionaram transformações enormes na indústria bélica, ampliando extremamente sua capacidade de produção e desenvolvimento de novas tecnologias, atingindo índices impressionantes de produtividade e eficiência. Em suas economias, Estados Unidos e União Soviética se tornaram os maiores produtores e fornecedores mundiais de armamentos (Hobsbawm, 1995).

Em relação ao comércio armamentista no Brasil atualmente, uma das principais consequências do comércio de armas no Brasil é o impacto na segurança pública. A posse e o porte de armas podem aumentar os riscos de crimes, incluindo homicídios, roubos e agressões. Além disso, o comércio ilegal de armas é alimentado pela circulação de armamentos no mercado legal, o que fortalece organizações criminosas e grupos armados.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), entre 2019 e 2022, mais de um milhão de armas foram registradas. Conforme Brasil de Fato (2023), “no total, 1.354.751 novos armamentos entraram em circulação nesse período, segundo dados colhidos por meio da Lei de Acesso à Informação”.

O comércio de armas no Brasil é muito criticado porque sua existência e expansão apenas agravam a violência e a insegurança que o país enfrenta, em vez de fornecer soluções eficazes para esses problemas complexos. Ao permitir a venda indiscriminada de armas, o governo coloca em risco não apenas a vida e a integridade dos cidadãos, mas também ajuda a espalhar armas ilegais, fortalecendo as organizações criminosas e expondo a população a um ambiente mais perigoso e instável.

Ademais, o comércio de armas é uma empresa lucrativa que acaba priorizando os lucros em detrimento do bem-estar da sociedade. As chances de confrontos armados, acidentes trágicos e crimes violentos aumentam quando as armas de fogo estão à disposição de todos, o que afeta diretamente a segurança e a tranquilidade da sociedade como um todo. Esse método ineficaz e desregulamentado de venda de armas mostra que as autoridades não estão cientes de sua obrigação de proteger a vida dos cidadãos e promover um ambiente pacífico.

Por fim, o comércio de armas no Brasil não apenas não ajuda a resolver os problemas de violência e insegurança, mas também agrava esses problemas, colocando a vida dos cidadãos em risco e priorizando os lucros em detrimento do bem-estar coletivo. É imperativo que o país reavalie suas políticas relacionadas ao comércio de armas e

priorize soluções que realmente protejam a vida e criem uma sociedade mais segura e pacífica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA. Medidas viabilizadoras. Out. 2012.

_____. Curso de extensão em defesa nacional. São Paulo: Abimde, jun. 2013.

_____. A Base industrial de defesa do Brasil. São Paulo: Abimde, jul. 2014.

ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira. Brasília: ABDI, 2011.

ANDRADE, Israel de Oliveira et al. O fortalecimento da indústria de defesa do Brasil. Brasília: Ipea, 2016.

BIANCONI, C.; HAYNES, B. Embraer apresenta protótipo de cargueiro KC-390 e espera acelerar vendas. Reuters Brasil, 2014.

BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

CARMO, Erinaldo Ferreira; HADDOOD, Younus Khalifa. Hostilidades e conflitos na Líbia: O difícil caminho para a democracia. Universitas: Relações Internacionais, Brasília, v. 12, n. 2, p. 37-49, 2014.

CAROLINE, Oliveira. Mais de um milhão de armas entraram em circulação durante o governo Bolsonaro. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/mais-de-um-milhao-de-armas-entrou-em-circulacao-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 19 de jun. 2023.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHOMSKY, Noam. Armas Estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo. In: Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 188-205.

DEISTER, Jaqueline. Quais os possíveis impactos do aumento de circulação de armas no Brasil? Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2022 às 15:53. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/01/17/quais-os-possiveis-impactos-do-aumento-de-circulacao-de-armas-no-brasil>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

FONSECA, JOSÉ WLADIMIR FREITAS DA. O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-off. Brazilian Journal of Political Economy [online]. 2000, v. 20, n. 3 [Acessado 21 abril 2023], pp. 330-346. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572000-1235>>. Epub 16 Fev 2022. ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/0101-31572000-1235>.

GADDIS, John Lewis. História da Guerra Fria / John Lewis Gaddis; tradução de Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GFP. Global Firepower – World Military Strenght. 2023 Military Strenght Ranking. 2023. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

GIRALDES, Manuel. Armas Ligeiras – A herança da guerra fria. Em Foco, 2001.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza dos homens. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

JUDT, Tony. Pós- guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: objetiva, 2008.

LOPES, Roberto. Rede de Intrigas: os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1994.

JÚNIOR, Wanderley Ferreira de Amorim. Indústria Bélica Brasileira: Subsídios para uma Avaliação. Rio de Janeiro: CT, 2001.

Mapeamento da Base Industrial de Defesa. -- Brasília: ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial: Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Partido Comunista, 1924.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975 - 2010. Brasília: Ipea, 2012.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: um debate interpretativo. in: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). O século sombrio. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 261-281.

NABUCO, Beatriz de Moraes et at. Análise sobre a participação do comércio internacional da indústria de defesa na balança comercial brasileira. Rio Grande do Norte: Revista Principia, 2020.

OS 5 países que fabricam 75% das armas do mundo (e seus maiores compradores). BBC News, 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/03/os-5-paises-que-fabricam-75-das-armas-do-mundo-e-seus-maiores-compradores.html>. Acesso em: 9 de mai. 2023.

PECCINI, Jussara. Com mapeamento da indústria, IPEA analisa competitividade do setor. Força aérea brasileira, [S.L.], out. 2017. Disponível em: Acesso em: 15 mai. 2023. PT. Nossa história. s/a.

PERON, Alcides Eduardo dos Reis, TAVARES, Aurora, ANTONIOLLI, Bruno, AMUSQUIVAR, Erika, RINALDI, Patrícia, BORGES, Thiago. Assim a Chamada “corrida armamentista” e os conflitos transnacionais na América Latina. p.1 a 136. 2001.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROCHA, Jade. Primeira restrição a armas no Brasil é de 1603. Como a lei mudou. Exame.com, 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/lei-armas-brasil-1603/amp/>. Acesso em 19 jun. 2023.

RODRIGUES, José da Souza. A Indústria de Material Bélico Brasileiro como Formadora da Base Tecnológica, Industrial e Científica do Brasil. Dissertação de Mestrado, 1991.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. 2023. Disponível em: <https://www.sipri.org>. Acesso em: 15 mai. 2023.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. O Grande Tráfico das Pequenas Armas. Revista de Imprensa Programa de Investigação. IPRI, 2006, p. 1-2.

ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: contraponto, 1996. 337 p.